



Comunicação, Educação e Sociedade¹

Maria José da SILVA²
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

O presente trabalho entende a mídia como agente de socialização e importante espaço público na constituição dos contratos de leitura possuindo, assim, certo papel educativo. Insere-se nos micro-espços de vivência dos indivíduos e contribui na produção do consenso das formas de viver em sociedade. Desta forma, esclarece que seu caráter educativo é vinculado a um projeto de sociedade e proporciona determinadas maneiras de olhar do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; educação; projeto social.

O caráter educativo da comunicação

Uma das grandes transformações ocorridas do século XX até a contemporaneidade se refere à midiaticização da sociedade. Apoiada em um aparato simbólico- presente nos conteúdos veiculados- e na construção de informação com o caráter mercadológico e cultural, a mídia- enquanto agente de socialização- se insere nos micro-espços de vivência dos indivíduos e contribui na produção do consenso das formas de viver em sociedade. Entendemos a mídia como agente de socialização porque possui certo papel educativo. “Elas funcionam como instâncias transmissoras de valores, padrões e normas de comportamentos e também servem como referências identitárias” (SETTON, 2010, p. 15).

Como vivemos em uma sociedade do espetáculo, segundo Guy Debord (1997), a imagem espetacularizada é colocada no centro da constituição de identidades e na formação de opinião. Através da imagem a mídia produz significados, difunde sentidos e constrói valores a seguir. O atual modelo econômico encontra o motivo de sua estabilidade e funcionamento na produção de desejos, fazendo com que os próprios indivíduos visualizem este modelo como único e imutável. O convívio social, desta

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 15 a 17 de junho de 2011.

² Graduando do 8º semestre do Curso de Comunicação Social-UFPB, email: comunicação.maria@gmail.com



maneira, é atravessado por uma subjetividade imagética facilitando a permeabilidade da imagem produzida para o consumo no cotidiano das pessoas estabelecendo conceitos de vida.

As relações sociais, então, passam a ser mediadas pelo que é visível. E só é visível na sociedade do espetáculo o que é midiático. Por exemplo, a veracidade do conteúdo é atrelada ao que se passa na TV- “não se tratando de uma visibilidade produzida pela ação política, mas da visibilidade espetacular” (BUCCI; KHEL, 2004, p. 49). Os conteúdos, muitas vezes, são agendados conforme sua influência no ambiente social, baseados em índice de audiência, em número de acesso em redes sociais ou se é vendível nas prateleiras do mercado. A imagem transforma-se em uma moeda forte, o que Debord aponta como “o capital sendo o dinheiro apenas que se olha” (DEBORD, 1997 p. 34). A maior concentração do capital na sociedade atual é a imagem. Ou seja, o prestígio não está mais no produto, mas na marca que ele carrega.

Com isso, a escola assume um papel de proporcionar uma releitura dos conceitos de viver em sociedade, barrando uma aceitação dócil do que existe e refletindo com os envolvidos uma produção da padronização das relações humanas e das imagens que são vendidas como belo, confortável, seguro, aceitável socialmente. A educação tem um papel fundamental inserindo esta nova característica nos currículos, nos programas pedagógicos, por exemplo, com a leitura de matérias de jornais, televisivas, campanhas publicitárias porque é uma realidade constante nas vidas dos educandos e dos educadores não podendo mais ser negada.

Segundo Porto “tanto a escola quanto a mídia são instâncias formadoras, ambas apresentam valores, conceitos e atitudes que são absorvidos sob diferentes matizes (Porto, 1998, p. 58). Sendo assim, a escola agrupa hoje uma nova função de compreender a mídia como a principal emissora dos contratos de leitura, por isso, formadora de opinião na sociedade contemporânea.

Assim, o espaço mediático é, por excelência, um espaço educativo, e, portanto, a sua leitura crítica e cidadã pressupõem refletir e sistematizar informações que possibilitem um maior esclarecimento sobre as demandas da sociedade, conseqüentemente, constituindo-se no espaço público e político privilegiado da atualidade. (UNICEF, 1999, p.21).

Sendo este mais um espaço formativo e público privilegiado, constrói sujeitos. Possui desta forma um caráter ideológico assim como a escola- instituição tão importante na produção do conhecimento. E levando em consideração que toda sociedade produz os indivíduos que necessita para manter o seu funcionamento,



destacamos que a escola e os meios de comunicação são equipamentos sociais importantes na construção desse sujeito. Tanto a escola quanto os meios de comunicação atuam no campo subjetivo do ser humano, despertando, desde a infância, determinados pensamentos e maneiras de comportamentos.

É pertinente, pois, afirmar que mesmo com a inserção de mensagens agendadas e produzida no contexto do consumo da imagem, os indivíduos que consomem tais produtos não são passivos. Interpretam os conteúdos a partir de uma bagagem de valores aprendidos em outras instâncias de socialização, como a família, a igreja e a comunidade, constituindo filtros culturais de aceitação ou negação de valores dos conceitos de vida disseminados pela mídia.

Desta maneira, a realidade influencia a leitura do mundo. E exercer a leitura crítica da mídia, como Freire (2000) nos elucida sobre a importância do ato de ler e que podemos direcionar para esta leitura, não se esgota na decodificação da linguagem escrita ou da imagem- para conectar com as mídias que utilizam o recurso imagético- mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. O contexto exerce um papel fundamental na compreensão da mensagem pelo sujeito. Para Paulo Freire, a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

“É neste sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não e associada, sobretudo a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra- hegemônica” (FREIRE, 2000, 21)

Ou seja, a leitura crítica da realidade, através de mecanismos que utilizem hoje os meios de comunicação- tão presente no cotidiano das famílias- e práticas educativas críticas proporciona uma releitura dos contextos sociais e políticos e os lugares ocupados na sociedade. Esse é o papel de praticar tais leituras: a tomada de consciência, desde a infância, dos condicionamentos que populações vêm sofrendo. Deste modo, a educação crítica passa a ter uma posição de elucidar os cidadãos de seus direitos e problematizar o que é oferecido dentro de suas casas como natural- diante a uma naturalização das opressões das relações humanas.

Todavia, mesmo com a seleção cultural através do olhar e dos questionamentos, os indivíduos são envolvidos pela linguagem da mídia. Enfatizamos, pois, que a cultura midiática finca suas raízes no cotidiano dos sujeitos e as suas mensagens, “ou os mediadores dos sentidos, entre eles as mídias e suas celebridades, e os discursos, dotados de sentidos que as mídias difundem, são importantes politicamente porque



expressam uma idéia, um posicionamento” (SETTON, 2010, p. 21). É esta “idéia” que precisa ser questionada e a neutralidade da cultura midiática ser desmistificada.

Para falar de cultura da mídia é preciso localizar a cultura na sociedade atual. A cultura da mídia só passou a existir na sociedade capitalista. As instituições sociais, econômicas e financeiras colocam a cultura midiática como fonte de lucro. De tal modo que falar de cultura hoje “resulta vê-la não só em seus aspectos comunicativos, subjetivos e simbólicos, mas é preciso olhar em sua materialidade, como um bem de mercado” (SETTON, 2010, p. 24). A cultura da mídia está neste contexto sócio-político-histórico: não mais a sociedade de mercado, de consumo, mas a do espetáculo.

Compreendemos que a linguagem midiática é instrumento de poder e possui um caráter formativo e uma determinada afinação ideológica, tornando-se necessário analisá-los crítica e minuciosamente, uma vez que a (in)formação ultrapassa o mero plano da transmissão de fatos.

Assim sendo, reconhecemos que a inter-relação entre Comunicação e Educação como um novo campo de intervenção social e de atuação profissional é um fator fundamental na desmistificação do olhar ideológico. Integrar a informação ao caráter educativo pode deslocar do lugar comum os símbolos construídos e as mensagens comercializadas, tendo em vista que o agendamento de conteúdos está ligado a uma postura diante da sociedade, logo, não se dá forma neutra. Adorno nos elucida que, “este ensino acerca dos veículos de comunicação e seus conteúdos deveria desenvolver as aptidões críticas; ele deveria conduzir as pessoas, por exemplo, à capacidade de desmascarar ideologias” (ADORNO, 1995, p 79).

As interfaces da Educação e Comunicação podem ajudar os profissionais, a sociedade civil e as instituições promoverem análises dos conteúdos midiáticos e os seus impactos no cotidiano da sociedade. O campo de estudo é novo e complexo, no entanto constrói espaços de concretização nas universidades e nas escolas de ensino fundamental e médio, com incentivo de governos municipais e estaduais, Organizações não Governamentais e até dentro dos movimentos sociais.

De acordo com a UNICEF (1999) as motivações da constituição deste campo de estudo se firmam em dois grandes postulados: a formação de cidadãos críticos e participativos e a concretização de lutas sociais, mais claramente postas no campo da educação cidadã e de uma comunicação participativa. As principais crenças neste novo campo se constituem em “relações sociais mais humanizadas, na transformação do indivíduo e da sociedade, na descoberta de novos caminhos para a resolução



colaborativa de problemas, e, sobretudo na criação de olhares diferenciados sobre o cotidiano” (UNICEF, 1999, p. 20)

É, portanto, objetivo deste campo incentivar os novos olhares acerca do que é veiculado nos grandes meios de comunicação, debater criticamente seu impacto na vida dos cidadãos e construir uma nova possibilidade de produzir conteúdos midiáticos com base em uma gestão participativa e colaborativa. Lançar tais questionamentos e elaborar produtos midiáticos nas comunidades e escolas é tarefa não só de um novo profissional-educador, mas também de toda a sociedade civil organizada.

Por isso os profissionais envolvidos precisam estar conectados ao contexto social inserido na constituição de um trabalho educacional. Não encarar apenas como uma oficina ou mais um trabalho a desenvolver, mas proporcionar um envolvimento dos atores sociais da comunidade, da escola, do grupo pensando a realidade em que eles vivem.

Vale dizer que este campo privilegia o diálogo com discursos variados, por isso é complexo e repleto de desafios novos. Segundo Ismar Soares esta interconexão inaugura um novo paradigma transdisciplinar e interdiscursivo sendo vivenciado na prática dos atores sociais através de áreas concretas de intervenção social. O elemento estruturante deste campo, para o autor, é a polifonia encontrada neste palco, polemizando os diferentes contextos sociais.

É exatamente em suas relações dialéticas que abrangemos a educação e a comunicação como um processo de constante libertação humana. Tal pensamento não “aceita nem o homem isolado do mundo – criando este em sua consciência – nem tampouco o mundo sem o homem – incapaz de transformá-lo” (FREIRE, 2002, p. 76). Desse modo, a ligação entre a comunicação e a educação só é possível em seu diálogo com a realidade dos seres humanos, ao contrário, desconectado com as necessidades reais, permanecerá com as relações autoritárias de “levar” o conhecimento aos indivíduos que “não” sabem.

O educador, as organizações sociais e as instituições só atuarão de forma coerente se entender a educação e a comunicação como “diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 2002, p. 69). Ou seja, a comunicação existe no momento em que se dá em pé de igualdade e as mensagens construídas sejam inteligíveis por todos. Retirar elementos problematizadores do contexto social comum facilita o entendimento do mundo vivido e sentido, pois “o mundo humano é um mundo



de comunicação” (FREIRE, 2002, p. 66), portanto carregado de significações que podem ser trabalhadas no contexto local.

Compreendemos, assim, que o mundo humano é permeado pela comunicação e, portanto, possui determinada maneira de comunicar, por isso é formativo. E sabendo do papel educativo que os meios de comunicação exercem na vida dos cidadãos e na constituição de sujeitos na contemporaneidade, o Estado, as instituições e movimentos sociais visualizam que investir neste setor também faz parte de um projeto de sociedade.

Comunicação, Educação e Sociedade

Quando falamos das interfaces nas áreas da Comunicação e Educação destacamos como sendo um novo campo com abertura para um novo profissional- o Educomunicador- e apontamos as reflexões teóricas no que se refere ao caráter educativo da mídia. Porém, vai mais além. Não nos esqueçamos da imbricação que ambas possuem com um projeto de sociedade, reproduzindo ou afirmando modelos presentes na estrutura social, de acordo com o período histórico- político e cultural.

O atual sistema econômico- capitalismo- só fincou suas raízes na estrutura social porque não ocupou somente os meios de produção que mantinham a economia, mas também construiu uma linguagem, uma maneira de viver; se preocupou em ocupar instituições como a escola, a família, os meios de comunicação, a igreja, o sindicato, os partidos etc. porque “são locais onde os indivíduos aprendem a lidar com as práticas de produção de que a sociedade necessita.” (GALLO, 2009, p. 87).

Na nossa perspectiva teórica as idéias não surgem do nada, do trabalho reflexivo de um cientista sobre a realidade, mesmo sabendo que em determinados períodos esta idéia prevaleceu como princípio de neutralidade e credibilidade da ciência. “Qualquer que seja, contudo, o nível em que se dá a ação do homem sobre o mundo, esta ação subentende uma teoria” (FREIRE, 2002, p. 40). Acreditamos que a partir dos fatos as idéias surgem, afirmando ou negando um projeto social.

“A prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente” (FREIRE, 2002, p. 41). Os pensadores são influenciados pela sua interpretação de mundo, pelas relações de poder que estão envoltas da elaboração de um pensamento, e com toda a sua bagagem e pré-noções, a ciência favorece o desenvolvimento de uma determinada maneira de viver.



Cada período histórico produz seus intelectuais para manter o sentimento de conformidade e a (re)produção do consenso das idéias na sociedade. Desta forma, a ciência- assim como a educação e a comunicação- não é neutra, assume posições de acordo com as relações políticas e econômicas vigente na sociedade. Com isso, a ligação das áreas aqui selecionadas também está atrelada a uma necessidade mercadológica especializada devido a um processo de midiaticização das relações humanas. E para analisarmos a importância do caráter educativo da mídia na tessitura social é relevante explicitarmos alguns pontos.

Primeiro, que a área da comunicação possui diversos conflitos teóricos devido ao avanço das tecnologias e a multiplicidade de sentidos que o próprio nome comunicação carrega. Sua origem etimológica “vem do substantivo latino *communicationem*, que significa “a ação de tornar comum”. Sua raiz é o adjetivo *communis*, comum, que revela “pertencer a todos ou a muitos”. E o verbo é *comunicare*, comunicar, que denota “tornar comum, fazer saber” (LIMA, 2004, p. 22). Estes conflitos conceituais refletem uma inclinação, mesmo quase imperceptível, ao modelo de comunicação adotado a depender se suas finalidades.

Se a comunicação é entendida como um ato de transmissão de mensagem ou como um ato de compartilhamento, o sentido da palavra pode influenciar ou até ser ressignificado. Desta maneira, “para que se transmita algo é preciso que se admita que esse algo possa ser apropriado e em seguida “transmitido” a outro. Quando se compartilha, ao contrário, o que ocorre é uma co-participação, uma comunhão, um encontro” (LIMA, 2004, p. 23). Deste modo, temos a diferença entre uma comunicação baseada na concentração- manipulatória- e outra na gestão democrática- participativa.

Com isso não é possível entender os modelos de comunicação isoladamente. Se as perspectivas teóricas do início do século XX foram colocadas em prática é porque fez parte de um determinado pensamento culturalmente aceito naquela época. Por exemplo, a comunicação de massa-unidirecional e centralizada- vista como instrumento de manipulação no início da década do século XX, colocando os indivíduos como seres vulneráveis e manipuláveis, explicitado na teoria da “agulha hipodérmica”³, só podem ser analisados quando a situamos ao contexto da 1ª Guerra mundial.

³ A teoria da agulha hipodérmica foi elaborada nos EUA e utilizada no contexto da Primeira Grande Guerra Mundial. Aplicada em uma sociedade com a concepção que os indivíduos se encontravam numa massa, isolado e atomizado. Uma das principais perspectivas teóricas era responder quais os efeitos de curto prazo que poderia ter com um leitor passivo. (LIMA, 2004, p. 39)



Ou seja, era necessário que os indivíduos fossem produzidos como suscetíveis a manipulação e os meios massivos de comunicação- imprensa, cinema, rádio, fotografia- importantes disseminadores dos ideais de controle social, produziram conteúdos baseados neste pensamento. Este olhar de manipulação permanece nas teorias de Persuasão com o sociólogo Lazarsfeld e a Funcionalista com Lasswell e DeFleur, elaborada também nos Estados Unidos no contexto, respectivamente, da 2º Grande Guerra Mundial- Guerra Fria- e o período de Pós- 2º Guerra, reforçando o projeto social da época.

Por outro lado, o modelo de comunicação como diálogo assim como as outras teorias também está inserido em um contexto político-social. Com lugar singular na América Latina, pensadores como Paulo Freire e Mario Kaplún desenvolveram uma pedagogia da comunicação baseada no diálogo. A comunicação dialógica foi praticada na alfabetização de jovens e adultos na área rural por grupos de igreja, universidades e partidos políticos visto o descaso das políticas educacionais voltada ao meio rural e as relações de poder em jogo já que o campo sempre foi uma área conflituosa. Ou seja, era necessário romper, segundo Paulo Freire (2002), com uma cultura do silêncio que envolvia esses povos marcados por relações opressoras.

Mesmo em um período cheio de conflitos, este pensamento enfatizou o diálogo na medida em que não é transferência de saber, informação, mas uma troca de conhecimento. Os sujeitos não são vistos como objetos de manipulação, mas como interlocutores buscando, na sua realidade, pontos de reflexão que puncione uma ação coletiva. Este mesmo pensamento é base dos movimentos de cultura, educação e comunicação popular desenvolvidos nas décadas de 70 e 80 não só no Brasil, mas em todo continente latino pelos intelectuais, movimentos sociais, organizações populares, rádios comunitárias e jornais de bairro.

Segundo, porque assim como a comunicação, a educação encontra suas bases fincadas em um modelo de sociedade. O Estado garante a educação de qualidade no sentido de formar os cidadãos que precisa na manutenção da ordem e do desenvolvimento do país. Na Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996- Lei de Diretrizes de Base da Educação- encontramos no artigo 1º (primeiro) o conceito defendido pelo Estado que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Ou seja, para que um projeto social permaneça, precisa ter



permeabilidade nas instituições sociais como a família, a escola, os meios de comunicação, os próprios movimentos sociais, nas relações de trabalho e na forma de viver em sociedade, na cultura.

Na contemporaneidade o capital atinge formas plastificadas e encontra permeabilidade em todas as estruturas sociais. Desta forma, a escola também está envolvida pelo pensamento lucrativo e forma os indivíduos dentro dos princípios do mercado, do livre comércio, busca atender as suas demandas. No relatório final do Fórum de Mídia & Educação organizado pela UNICEF, em 1999, reunindo empresas privadas, instituições públicas e setores da sociedade civil, consta a preocupação na elaboração de uma política educacional aliada ao desenvolvimento econômico e o papel que a imprensa possui na cobertura de temas envolvendo a educação.

Educação é tema estratégico para o desenvolvimento social do país e deve ser, portanto, investigado com maior refinamento pela imprensa. É na sala de aula, com Educação de qualidade, que se iniciam e se firmam as bases para o desenvolvimento efetivo de uma economia competitiva, de uma sociedade mais justa e de um Estado de Direito forte e consolidado. Portanto, mais que uma questão pedagógica e mais até que uma questão social, Educação é uma estratégia prioritária de desenvolvimento econômico, social e político de uma nação. Nessa medida, não pode continuar sendo assunto de especialistas, nem tampouco monopólio ou responsabilidade exclusiva do Estado. Educação é tarefa e responsabilidade de todos. (UNICEF, 1999, p. 6)

O relatório final da UNICEF traz algumas problematizações importantes. Um primeiro ponto é de que a comunicação e a educação são fatores estratégicos para o desenvolvimento das pessoas e das nações e fazem parte de um projeto de sociedade. Assim, cabe ao governo elaborar diretrizes e planos nacionais de educação em consonância com tal projeto. Como diz o relatório, a educação é tarefa de todos, assim, o Estado abre as portas para iniciativas privadas, maquiadas, muitas vezes, como Fundações⁴ possuindo discurso de sustentabilidade, desenvolvimento econômico e valorização da cultura nacional e local.

Afirmar mais uma vez o modelo vigente na sociedade contemporânea- o neoliberal - significa dizer que os princípios do Estado mínimo e livre mercado

⁴ Fundação Victor Cívica- <http://www.fvc.org.br/>- ligada ao grupo Abril <http://www.grupoabril.com.br/marcas/nossas-marcas.shtml>. Fundação Roberto Marinho- <http://www.frm.org.br/main.jsp?lumChannelId=FF8080812B46B5C2012B59051BE062FF>- ligada ao sistema Globo.



encontram acessibilidade em todos os equipamentos sociais que sustentam este pensamento. Por isso é importante para qualquer projeto social se fazer presente nessas instituições, fazendo deles instrumentos de reprodução de sua lógica. Tomando este paradigma como base do desenvolvimento educativo, ocorre uma valorização do ensino técnico, diminuição do tempo de permanência dos jovens nas instituições de ensino, em todos os níveis de educação, respondendo uma demanda do mercado de trabalho por mão de obra barata e especializada.

A educação e a comunicação reproduzem, atualmente, através da escola e os meios de comunicação, um pensamento de competitividade, mercantilização e o livre comércio, deixando as regras do jogo do lucro conduzir as suas finalidades. Assim, iniciativas que pensam na superação da história da dominação se firmam, muitas vezes, na educação informal dentro dos movimentos sociais, universidades e igrejas no sentido de construir uma lógica contra-hegemônica, como veremos mais a frente.

É interessante reafirmarmos que os princípios de educação e comunicação contemporâneos são baseados em relações visando o lucro e possuem um caráter subjetivo, principalmente na elaboração da história de um período histórico. Subjetivo porque é ideológico, portanto, “produzido pelas relações sociais possuindo razões determinadas para surgir e se conservar” (CHAUÍ, 1988, p. 31), mostrando certa maneira de edificar idéias. Influencia a produção da história no sentido da sua construção para firmar um determinado modo como os homens elaboram suas condições reais de existência atravessado pela realidade.

E quando a legitimação da ordem social vista como "ordem natural" e inalterável das coisas é ameaçada, o Estado age para manter a ordem e o desenvolvimento da nação. Segundo István Mészáros, quando ocorrem conflitos a história tem que ser reescrita e propagandeada de forma a favorecer o pensamento dominante- nesta tarefa os meios de comunicação e a escola exercem um papel fundamental. A história é produzida “não só nos órgãos amplamente difundidos de formação da opinião política, desde os jornais de massas aos canais de rádio e de televisão, mas até nas supostamente teorias acadêmicas objetivas” (MÉSZÁROS, 2004, p. 103).

Devemos atentar-nos ao caráter ideológico inserido nesses instrumentos, pois não afetam apenas as instituições formais, mas cada domínio singular da existência humana. Mesmo sabendo que as escolas e os meios de comunicação só podem funcionar adequadamente se estiverem em sintonia com as determinações abrangentes



da sociedade, correspondendo aos interesses mercadológicos, as interfaces das áreas- educação e comunicação - podem contribuir com trabalhos desmistificadores de estereótipos e históricos fincados no ideário social.

De acordo com István Mészáros outro modelo da educação é “inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”. (MÉSZÁROS, 2004, p.108). Sabe-se que essas práticas formativas são geradas continuamente, pois “não se trata de atitudes doutrinárias e de opiniões, mas de um processo radical em que cada nova geração desta sociedade, cujo fim é modificar e modelar estruturas psíquicas em todas as camadas da população (GALLO, 2009, p. 88 apud REICH, s/d.b, p. 14-6). É nesta ordem que encontramos explicações quando camponeses toleram os abusos cometidos pelos proprietários de terra, por exemplo, permanecendo com a repressão autoritária contra interesses delas próprias.

Fica claro que a ideologia não é produzida individualmente e só pode existir em sociedade, mas para que se firme precisa estar fincada nas estruturas micropolíticas dos seres humanos e levadas, assim, ao âmbito macropolítico da atividade humana. Para Silvio Gallo (2009) ela só é possível devido a um trabalho intenso e massivo sobre a sociedade como um todo constituindo no fato de muitas pessoas agirem e pensarem de maneira similar. Dialogando, deste modo, com o pensamento de Freire quando afirma que “não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário” (FREIRE, 2002, p. 67).

Todavia, sabemos que apenas um trabalho voltado a desmistificar modelos socialmente aceitos não é o suficiente para um novo olhar social, mas contribui com a reflexão crítica dos indivíduos perante uma ordem social estabelecida. “O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de interiorização, com todas as suas dimensões visíveis e escondidas”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 117). E este pensamento dominante, de uma comunicação e educação voltadas a uma prática hierarquizada, só será ultrapassado na medida em que as práticas educativas e comunicativas, com a ajuda dos sujeitos sociais presentes na sociedade, entenderem que uma mudança só ocorre quando os campos subjetivos e objetivos do ser humano são envolvidos.



Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W., 1903-1969. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BUCCI, E & KEHL, M. R. **Videologias: ensaios sobre televisão**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO**. Disponível em: <<http://www.frm.org.br/main.jsp?lumChannelId=FF8080812B46B5C2012B59051BE062FF>>. Acesso em 12/04/2011
- FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA**. Disponível em: <<http://www.grupoabril.com.br/marcas/nossas-marcas.shtml>>. Acesso em 12/04/2011.
- GALLO, Sílvio. **Subjetividade, ideologia e educação**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2009.
- Lei de Diretrizes de Base da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 21/04/2011.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Fórum Mundial de Educação. Porto Alegre, Brasil, 28 de Julio de 2004. Disponível em <<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero15/ArtMeszaros.pdf>>. Acesso em 21/04/2011.
- PORTO, Tânia M. **Educação para a mídia/ pedagogia da comunicação: caminhos e desafios**. In: Pedagogia da Comunicação: Teoria e prática. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.